

**ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR:** análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão - Projeto n. 8224 - Edital n. 49/2012 –  
Apoio - OBEDUC/Capes

*Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins - FFC/Unesp-Marília; Lúcia Pereira Leite - FC/Unesp-Bauru; Ana Paula Oliveira Santana – UFSC – Florianópolis; Eliana Lúcia Ferreira – UFJF – Juiz de Fora*

Email: [sandreli@marilia.unesp.br](mailto:sandreli@marilia.unesp.br)

Área Temática: Educação Superior e Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

## INTRODUÇÃO

Modificar para acolher, ressignificar para incluir: premissas fundamentais no mundo contemporâneo. Movimentos que nos levam a reordenar os paradigmas sociais e a repensar os caminhos da educação. Com base nos princípios que definem uma sociedade inclusiva, a educação de pessoas com deficiência no ensino superior, vem ganhando destaque nas pesquisas brasileiras, a partir da análise crítica das mudanças políticas governamentais, aliadas as transformações econômicas e culturais da sociedade (JONTIEN, 1990; SALAMANCA, 1994; BRASIL, 2008, entre outros).

Ao problematizar a educação de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil, se faz importante retomar os dados do Censo Demográfico 2010 – Resultados Gerais da Amostra – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE – 2010). O relatório revela que 45,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, com comprometimento em pelo menos uma área da deficiência investigada (visual, física, auditiva e intelectual). Desse total, 23,9%, pessoas relataram ter alguma deficiência grave com grau elevado de comprometimento ao seu desenvolvimento e autonomia social.

Considerando o número expressivo de pessoas com deficiência em idade para cursar o ensino superior, o Censo Escolar (INEP/MEC, 2009 in Brasil, 2008) demonstra que desde 2005 tem ocorrido um aumento de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais – neste nível de ensino, dentre os quais se destacam-se a presença de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Deste modo, pensar as Instituições de Ensino Superior como um espaço democrático, formador de opiniões e de produção de conhecimento, exigirá formas de atuação que visem a plena participação desta população em diferentes esferas da sociedade, dentre as quais interessa investigar nesta pesquisa, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência em contextos universitários.

## OBJETIVOS

Este projeto de pesquisa em rede tem por objetivo investigar as normativas e as políticas educacionais no âmbito nacional que orientam o acesso, a circulação e permanência de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no ensino superior, além de avaliar o impacto dessas políticas na formação inicial de professores e no desenvolvimento de produtos midiáticos sobre esta temática. Com base no exposto, constituem-se objetivos desta pesquisa:

a) o levantamento e a análise das políticas públicas de Educação Superior, no que tange a investigação de termos jurídicos e das legislações - normativas institucionais - que orientam o acesso, a circulação e a permanência de pessoas com deficiência, auxiliando a sua participação no contexto universitário;

b) a análise da evolução da matrícula de pessoas com deficiência no ensino superior nos últimos dez anos à luz dos dados disponíveis na plataforma do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira);

c) a identificação e investigação de normativas que garantam o acesso de pessoas com deficiência nas universidades públicas, com ênfase ao exame vestibular;

d) a averiguação dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e de pedagogia, das instituições públicas participantes, com a intenção de verificar se seus componentes (grades, ementas, conteúdos curriculares, etc) estão em acordo com os dispostos nas normativas da Educação Inclusiva e, em especial, com o Decreto 5626/05;

e) o mapeamento das pessoas com deficiência nas universidades envolvidas, destacando a análise dos procedimentos institucionais utilizados pelas universidades;

e) a avaliação das condições de acessibilidade das universidades públicas brasileiras pelas as pessoas, com deficiência e/ou mobilidade reduzida, inseridas nesse contexto na qualidade de alunos, docentes e/ou funcionários técnico-administrativos;

f) a produção de mídias instrumentais a serem divulgadas em canais públicos de comunicação, incentivando o debate crítico e a reflexão sobre o processo de inclusão educacional deste segmento populacional no ensino superior.

## DESENVOLVIMENTO

Em função da abrangência dos objetivos propostos o desenvolvimento desta pesquisa contempla três etapas metodológicas.

A primeira etapa compreende o levantamento e a análise das políticas públicas educacionais que orientam o acesso, a circulação e a permanência de pessoas com deficiência em universidades públicas brasileiras, a partir do exame documental e da técnica de levantamento de dados por radicais. Nesta etapa, pretende-se investigar também se os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e de pedagogia estão em concordância com as normativas da Educação Inclusiva. Os dados estão sendo coletados por meio do levantamento e tabulação de documentos disponíveis em sítios específicos na web e no recolhimento dos projetos pedagógicos dos cursos de pedagogia e demais licenciaturas das instituições parceiras. A Análise de Conteúdo será utilizada na interpretação dos dados obtidos, com vistas a examinar os enunciados que podem favorecer ou prejudicar a consolidação das políticas públicas de atendimento dos direitos da pessoa com deficiência, em particular no que se relaciona ao seu direito ao ensino superior.

A segunda etapa abrangerá a coleta, tabulação e análise dos discursos de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no que refere às condições de acessibilidade em três universidades públicas brasileiras (UNESP-SP, UFJF-MG e UFSC-SC). Constituirão a amostra deste estudo: alunos, professores e funcionários das instituições mencionadas que se encontrem nessa condição. Os dados serão coletados por meio de um formulário online, enviado aos participantes identificados no relatório demográfico (cadastro de contratação/identificação e /ou anuário das IES) das universidades referidas. A análise do material se efetivará pelo uso e aplicação de softwares, que auxiliem na busca e no tratamento dos indicadores quantitativos e qualitativos, extraídos nos enunciados dos respondentes no atendimento aos objetivos estabelecidos para esta etapa de pesquisa.

A terceira etapa tem-se caracterizado pelo desenvolvimento de produtos instrumentais midiáticos a serem veiculados em canais de radiodifusão, em especial na TV-Unesp (TVweb) e Rádio Unesp FM. Tais produtos serão encaminhados à Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), para promover a reflexão acerca do acesso e da permanência de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no contexto universitário.

Ao final desta pesquisa será elaborado um vídeo documentário com duração de 10 minutos, em que serão destacadas as partes que compõem os temas abordados durante a pesquisa em trechos temáticos, editados na forma de peças de trinta e sessenta segundos. Sendo que cada peça abordará um tema específico do documentário. Outra ação se constitui na produção de propagandas sociais radiofônicas, com duração de um minuto cada, com vistas a estimular o debate crítico sobre os temas que envolvem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior.

Em termos normativos, recorda-se que, no ensino superior, a transversalidade da educação especial é prevista pela oferta de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Para este alcance faz-se necessário o planejamento e a organização de recursos e serviços que viabilizem a acessibilidade em vários âmbitos: arquitetônico – estrutural; comunicacional – formas diferenciadas de linguagem; informacional – sistemas específicos; instrucional – materiais pedagógicos; atitudinal – relações sociais. Fatores esses a serem considerados nos processos seletivos e no decorrer das atividades que envolvem a proposta em questão.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

*1ª etapa - Levantamento e a análise das políticas públicas educacionais que orientam o acesso, a circulação e a permanência de pessoas com deficiência em universidades públicas brasileiras.*

Em relação à primeira etapa foi realizado o levantamento das políticas públicas que orientam o acesso, a circulação e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior pelo intermédio de recolhimento de informações nos editais e nas páginas da internet. Os resultados estão sendo tabulados para posterior análise e discussão.

Quanto à investigação dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura os pesquisadores foram dividiram-se em duas áreas de interesse: a) um está versando seus estudos para o levantamento da inserção de disciplina curricular de libras nos cursos de formação de professores; b) o outro tem como foco a identificação e análise de conteúdos e/ou disciplinas que abordem temáticas relacionadas à Educação Inclusiva na formação de professores.

Após a definição dos grupos de trabalho, iniciou-se a busca por meio da consulta online aos *sites* das instituições mencionadas, visando o levantamento de todos os cursos de licenciatura existentes. Os cursos das universidades mencionadas foram localizados, sendo recolhidas as respectivas grades curriculares, com vistas a levantar a inserção de conteúdos e/ou disciplinas que abordam sobre Fundamentos da Educação Inclusiva e/ou necessidades educacionais especiais com vistas a atender a Portaria Interministerial 1793/94 e Decreto 5626/2005. Foi montado um banco de dados para armazenar o recolhimento das informações levantadas nesta etapa da pesquisa.

Do montante dos dados localizados, foram recolhidas as informações das grades curriculares dos cursos de licenciaturas, sendo: 38 cursos da UNESP; 13 cursos da UFJF e 14 da UFSC, totalizando 65 cursos cujas grades curriculares e/ou projetos pedagógicos serão analisados.

Preende-se, agora, realizar uma tabulação dos dados em relação as disciplinas curriculares identificadas, diferenciando-as pela sua natureza pedagógica (obrigatórias e optativas), por intermédio do método de busca por radicais, proposto por Mazo (2010) e refinada no trabalho de Velden e Leite (no prelo).

As disciplinas ainda serão organizadas por eixos temáticos, visando identificar quais são os tópicos mais abordados no ensino superior sobre as temáticas deste estudo.

*2ª etapa – Mapeamento de pessoas com deficiência e análise das condições de acessibilidade do contexto universitário.*

No que diz respeito à segunda etapa, está sendo realizado o mapeamento das pessoas com deficiência nas três universidades participantes. Num estudo preliminar tem-se percebido uma dificuldade das instituições em mencionar as pessoas com deficiência presentes no contexto universitário, em especial, quando se refere aos funcionários, quer seja docentes e/ou técnico administrativos. Durante essa ação percebeu-se que os procedimentos instituições se mostraram vulneráveis no que se refere a consolidação de ações afirmativas para identificação de tal público. Dito de outro modo, os dados encontrados revelam fragilidade e imprecisão do quantitativo dessa demanda populacional, como também vulnerabilidade na sua caracterização, pois, por exemplo, no caso da Unesp a expressão necessidades educacionais especiais, utilizada no seu anuário estatístico é apresentada como sinônimo de deficiência.

Abaixo segue o levantamento exploratório do mapeamento de pessoas com deficiências nas três universidades – Unesp, UFSC e UFJF. Cabe ressaltar que foi possível demonstrar nesse estudo, até a presente data apenas no relato da identificação de funcionários e professores da UFSC, cuja mesma informação ainda está sendo levantada nas demais universidades.

***UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”***

Alunos com deficiência	Tipo de deficiência				Total
	DA	DV	DF	DI	
Graduação	1	10	11	2*	24
Pós-graduação	0	1	3	0	4
Professores	-	-	-	-	-
Funcionários	-	-	-	-	-

\*Um com deficiência múltipla e outro com Necessidades Educacionais Especiais

***UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora (\* sem especificação)***

Alunos com deficiência	Tipo de deficiência				Total
	DA	DV	DF	DI	
Graduação	13	11	21	0	45
Pós-graduação	3	4	6	0	13
Funcionário	-	-	-	-	6*
Professores	-	-	-	-	-

***UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina(\* sem especificação)***

Alunos com deficiência	Tipo de deficiência				Total
	DA	DV	DF	Transtornos/DMu	
Graduação	46	12	20	45	123
Pós-graduação	-	-	-	-	
Funcionários	-	-	-	-	29*
Professores	-	-	-	-	8*

*3ª etapa - Desenvolvimento de produtos instrumentais midiáticos a serem veiculados em canais de radiodifusão*

Em referência as ações que compreendem a terceira etapa estão sendo realizadas as seguintes atividades: a) levantamento e análise das políticas públicas de educação superior

que orientam o acesso, a circulação e a permanência de pessoas com deficiência; b) produção de programas radiofônicos que estão sendo veiculados em canais públicos de comunicação, em particular na Rádio Unesp FM 105,7, com a intenção de incentivar o debate crítico e a reflexão sobre a inclusão educacional deste segmento populacional.

Nessa etapa da pesquisa foram selecionadas e analisadas 13 leis ordinárias e seis dispositivos constitucionais relacionados à temática, a partir do emprego da técnica de busca por palavras chaves no sítio [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) e na Constituição Federal brasileira. A partir desta análise até o momento, foram produzidos três programas radiofônicos e 1 peça de duração de trinta e sessenta segundos para exibição em intervalos da programação de televisão e Web-TV.

Estes produtos foram desenvolvidos com base na elaboração de roteiros a partir dos dados levantados na pesquisa documental, sendo a linguagem acadêmica adaptada para a linguagem audiovisual e radiofônica. A elaboração dos roteiros foi organizada por produtores de TV e radiodifusão em conjunto com os pesquisadores participantes desta pesquisa, garantir que a linguagem mantivesse o seu conteúdo sem distorções. Após sua aprovação iniciou-se o planejamento das pautas de gravação e da gravação propriamente dita, nos formatos de linguagens mencionadas.

Tais atividades tem sido realizadas em parceria com a Pró-reitoria de Extensão da Unesp (PROEX), por meio do programa radiofônico denominado de “Minuto Cidadania” e com a contribuição da TV-web da Unesp, na elaboração dos programas audiovisuais para difundir e socializar as informações e o conhecimento relacionados ao direito da pessoa com deficiência.

É oportuno informar ainda que, durante o primeiro ano de desenvolvimento do projeto os resultados parciais dos diferentes estudos que estão sendo desenvolvidos foram divulgados em vários encontros científicos de relevância acadêmica, tais como: a) XX Semana e VII Congresso de Psicologia, realizado pelo CAPSI da FC/Unesp, Bauru, realizado em Bauru, no período de 20 a 25 de maio de 2013; b) 4º Congresso Brasileiro de Educação Ensino e Aprendizagem na Educação Básica, realizado em Bauru, no período de 25 a 28 de julho de 2013; c) X Semana de Pedagogia do IBLICE: direitos de crianças e adolescentes e VIII Encontro de Direitos Humanos da Unesp, realizado pela IBILCE/Unesp, em São José do Rio Preto, no período de 16 a 20 de setembro; d) XXV Congresso de Iniciação Científica da Unesp: Pesquisa na formação dos estudantes de graduação, realizado pela Unesp de Bauru, no período de 18 e 19 de setembro; e) 21º Congresso Brasileiro e 2º Iberoamericano de Fonoaudiologia, realizado em 22 a 25 de setembro 2013, Porto de Galinhas/Recife; f) Seminário Nacional da PcD no Ensino Superior: balanço e perspectivas, realizado pela Universidade Federal do ABC, em Santo André, no período de 26 a 28.08 de 2013; g) VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, organizado pela Universidade Estadual de Londrina, em Londrina, no período de 05 e 07 de novembro de 2013 e h) VIII Encontro Iberoamericano de Educação, organizado pela FClar/Unesp, em Araraquara, no período de 13 a 16 de novembro de 2013.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Com o apoio concedido pelo Programa Observatório em Educação – CAPES (Chamada 49/2012), este projeto de pesquisa iniciou-se em abril de 2013, sendo efetivadas ações de natureza diversas para o alcance de seu objeto principal, que contempla o levantamento das condições de acessibilidade com vistas a sua promoção, tanto em termos normativos, como científicos, pedagógicos e operacionais que envolvem a participação de pessoas com deficiência em contextos Universitários.

Para aprofundar a temática investigada, pesquisadores de diferentes universidades públicas foram convidados e aceitaram participar desta pesquisa. O ingresso desses pesquisadores tem permitido ampliar as discussões sobre a temática principal do projeto a partir das contribuições das áreas da Educação, Direitos Humanos, Psicologia e Comunicação. Tal fato possibilita a organização de uma rede de pesquisa com propósito de produzir conhecimento sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência no contexto universitário.

A participação desta rede extrapola aos núcleos principais, que se constituem pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – na qualidade de proponente, apoiada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, pois conta com a colaboração de pesquisadores vinculados aos programas de Pós-Graduação nas áreas de: Educação, Educação Escolar, Psicologia, Linguística, TV-Digital e Comunicação; na presença das seguintes universidades públicas, UEM-PR, UEL-PR, USP/Ribeirão Preto-SP e UFSCar-SP.

Atualmente, este projeto envolve a participação de 36 bolsistas, de qualidade distinta, doutorado, mestrado, iniciação científica e professores da rede, que no seu conjunto tem-se dedicado a desempenhar as ações de pesquisa com acompanhamento direto de seus respectivos orientadores. Destarte, tornar a educação superior igualmente acessível a todos que desejam cursá-la tem se constituído uma das metas principais dos profissionais que pesquisam e legislam sobre o direito básico do acesso à Educação.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela **Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n° 948/2007**, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010 – Resultados Gerais da Amostra – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibege.gov.br/home/presidencia/noticias](http://www.ibege.gov.br/home/presidencia/noticias)

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n° 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 16 abr. 2012.

**DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien: 1990.

**DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório: censo 2010. Brasília: INEP, 2010.

MAZO, R. Ensino de Arquitetura e concepção de professores sobre acessibilidade, inclusão social, desenvolvimento humano e deficiência. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru.

VELDEN, H. F. V.; LEITE, L. P. Método de pesquisa da temática deficiência nos currículos de Psicologia. **Psicologia em Estudo** (Online), 2013 (no prelo).